

RACIONALIDADE COMUNICATIVA E EDUCAÇÃO perspectivas de emancipação em Habermas

Rodrigo Danúbio Queiroz

Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo
rdanubioq@yahoo.com.br

Rafael Carlos Queiroz

Universidade Federal do Espírito Santo
rcqrafael@gmail.com

Resumo

O texto analisa a filosofia de Jürgen Habermas, com ênfase em sua teoria da ação comunicativa. Habermas critica a insuficiência da razão instrumental para enfrentar crises contemporâneas e propõe uma racionalidade mais ampla, baseada na comunicação e no consenso. Ele se inspira em Marx, Kant, Hegel e a Escola de Frankfurt para desenvolver uma teoria da argumentação que integra diferentes formas de racionalidade em contextos sociais e culturais. A teoria da ação comunicativa de Habermas sugere que o diálogo e o consenso são fundamentais para resolver conflitos e injustiças, oferecendo uma base para uma educação emancipatória. Esta educação visa a formação crítica dos indivíduos, capacitando-os a participar ativamente da sociedade, livres das limitações da racionalidade instrumental. O texto destaca também, a importância da intersubjetividade e da competência comunicativa para promover a emancipação social. Habermas argumenta que o progresso social depende da capacidade dos indivíduos de aprender com seus próprios erros e de buscar o entendimento mútuo. No contexto educacional, a teoria habermasiana propõe uma pedagogia que promova a reflexão crítica e a inclusão social. Exemplos práticos dessa pedagogia incluem a criação de espaços de diálogo em sala de aula, onde os estudantes possam debater e refletir sobre questões sociais e éticas, e a promoção de projetos colaborativos que incentivem o trabalho em grupo e o respeito à diversidade de opiniões. Esses métodos visam não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a formação de cidadãos críticos e engajados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Racionalidade Comunicativa. Emancipação. Educação. Habermas.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

1 INTRODUÇÃO

A reflexão filosófica de Jürgen Habermas é um complexo entrelaçamento de influências diversas, convergindo para uma redefinição da razão e da racionalidade na sociedade contemporânea. Inspirado pelo materialismo histórico de Marx, pela crítica transcendental de Kant, pela dialética de Hegel e pelas contribuições da Escola de Frankfurt, Habermas propõe repensar o conceito de razão instrumental, considerado por ele insuficiente para enfrentar as crises atuais. Sua racionalidade comunicativa se baseia na busca pelo entendimento mútuo e no consenso, permitindo a construção de normas e valores compartilhados na sociedade (Habermas, 1989).

Seu pensamento, ancorado em uma teoria da argumentação, busca reconstruir as condições pragmático-formais que sustentam uma racionalidade mais ampla. Indo além da lógica formal e da eficiência técnica, Habermas incorpora elementos da racionalidade comunicativa, baseada no diálogo e na busca pelo consenso. A ação comunicativa é a forma mais elementar de interação social, e a linguagem é o meio simbólico que torna possível a coordenação de ações entre os indivíduos (Habermas, 2012b):

Herdeiro das tradições frankfurtianas, ele construiu seu projeto emancipatório, não só sobre estudos notadamente interdisciplinares, mas especialmente com base no paradigma da comunicação. Ele percebe o esgotamento do paradigma da consciência trabalhado por seus antecessores no projeto do esclarecimento (Cruz, 2008, p.60).

Essa reconstrução não apenas permite uma análise crítica das ciências experimentais e da razão instrumental, mas também oferece uma estrutura para uma crítica reflexiva das pretensões de validade e das limitações da racionalidade moderna. Pois, para Habermas (2012b, p. 267), “[...] sob o signo de uma razão instrumental autonomizada a racionalidade da dominação da natureza mescla-se à irracionalidade do domínio de classes, e as forças produtivas desencadeadas estabilizam as relações de produção”. Em sua obra “Teoria do Agir Comunicativo”, Habermas apresenta uma visão da sociedade onde diferentes formas de racionalidade são integradas em contextos culturais e sociais, sustentadas pela ação comunicativa e pela aprendizagem reflexiva.

Nesse contexto, a proposta habermasiana desafia a educação a assumir características emancipatórias, priorizando a formação crítica dos alunos e a busca por uma perspectiva humanizante no processo educacional. Em um mundo marcado pela predominância da razão instrumental e por desafios como a estratificação social e a barbárie, a busca pela emancipação se torna uma empreitada necessária, ancorada na comunicação e na competência

dialógica dos indivíduos. “A teoria de Habermas pode servir como uma referência para que os educadores repensem e mudem sua visão sobre o poder e o papel da educação no atual contexto social” (Mühl, 2011, p. 1043).

Ao propor uma crítica social dialogante e consensual, Habermas destaca o valor do diálogo como instrumento fundamental para a resolução de conflitos e injustiças. Seu “[...] projeto de modernidade emerge enquanto um projeto inacabado, que necessita redesenhar e alargar o conceito de razão, de tal forma que seu caráter instrumental fosse abandonado em prol de uma razão comunicativa” (Silva, 2020, p. 32). Nesse cenário, o foco principal do presente texto, é analisar como a competência comunicativa pode ser desenvolvida na educação para promover a formação de sujeitos emancipados? Desse modo, acredita-se que a perspectiva do filósofo alemão abre caminho para uma educação como possibilidade de se tornar uma força poderosa de emancipação, capacitando os indivíduos a participarem plenamente da vida social contemporânea, livres das amarras da racionalidade instrumental.

2 PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO

A compreensão da racionalidade é um conjunto complexo de abordagens e perspectivas. Jürgen Habermas, entre os diversos caminhos disponíveis, opta por trilhar a via da reconstrução racional das interações linguísticas, visando interpretar a razão como ação comunicativa. Seu intento reside em restabelecer a ligação entre a razão teórica e prática, procurando uma nova mediação entre teoria e prática. Nesta visão, a linguagem assume um propósito de entendimento que facilita a integração entre o mundo social, objetivo e subjetivo.

Dessa premissa emerge o conceito de Racionalidade Comunicativa, fundamentado nas pretensões de validade das interações linguísticas, as quais permitem presumir a formação de consensos livres de qualquer forma de coerção. É justamente ao elucidar este conceito que podemos vislumbrar com maior clareza o caráter emancipatório inerente à noção de consenso.

O conceito do agir comunicativo está formulado de tal maneira que os atos do entendimento mútuo, que vinculam os planos de ação dos diferentes participantes e reúnem as ações dirigidas para objetivos numa conexão interativa, não precisam de sua parte ser reduzidos ao agir teleológico. Os processos de entendimento mútuo visam a um acordo que depende do assentimento racionalmente motivado ao conteúdo de um proferimento. O acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações (Habermas, 1989, p.165).

O interesse prático de Habermas se inclina de maneira inequívoca para uma intencionalidade emancipatória, impulsionado por uma autorreflexão com o propósito de moldar uma nova estrutura social. Esta sociedade renovada, conforme sua visão, pode ser

forjada através da interação social, já não mais regulada pela conformidade com leis institucionalizadas ou pelo domínio de poder político, econômico ou militar, mas sim mediada pela linguagem enquanto prática comunicativa cotidiana, fundada no entendimento mútuo, no vigor do argumento mais sólido e no consenso entre os indivíduos.

Habermas (2012b, p. 399) afirma que: “A tarefa principal de sujeitos que agem comunicativamente consiste em encontrar uma definição comum para sua situação e em se entender sobre temas e planos de ação no interior dessa moldura de interpretação”. A solidariedade emerge como protagonista, mesmo quando é subestimada por sistemas enraizados na lógica instrumental e ancorados no contexto do mundo cotidiano.

É de suma importância compreender que a capacidade de aprendizado dos indivíduos, associada às suas práticas comunicativas, pode ser compartilhada em âmbito coletivo e disseminada por toda a sociedade, constituindo um potencial emancipatório capaz de confrontar qualquer forma de dominação. Segundo a perspectiva de Habermas, o progresso das sociedades se vincula diretamente à capacidade de cada indivíduo em reconhecer e aprender com seus próprios erros, um processo que demanda a busca pelo entendimento mútuo e a rejeição de quaisquer formas de dominação. Assim, toda a teoria da evolução social se apoia nesse duplo caminho: a aprendizagem individual e a aprendizagem social coletiva, ambas voltadas para a emancipação e para a construção de um mundo mais ético.

Habermas procurou estabelecer um diagnóstico das patologias sociais contemporâneas que fornecesse à ciência social um referencial de análise crítica das formas de dominação objetivamente supérfluas. Em resumo, o interesse emancipatório seria a consciência crítica e autorreflexão do interesse prático, que, no intuito de promover a interação entre os homens, acabou implicando o cerceamento da liberdade individual e na reificação das relações sociais (Aragão, 2006, p. 57).

Para além do questionamento da racionalidade instrumental, tema amplamente explorado pelos teóricos frankfurtianos, especialmente em trabalhos como a “Dialética do Esclarecimento” de Adorno e Horkheimer, Habermas argumenta que o conceito de emancipação social, inicialmente delineado por Marx e abordado por Adorno e Horkheimer, precisa ser reavaliado à luz de um novo paradigma explicativo. Ele reconhece o empobrecimento da razão moderna, limitada à sua faceta cognitivo-instrumental, e sugere uma visão de racionalidade mais abrangente, visando transcender a natureza manipuladora e objetivadora das ações humanas. Isso implica em uma crítica atenta e na busca por soluções para os desafios da modernidade.

A proposta de Habermas resulta na formulação de um novo conceito de racionalidade, que transcende a simples racionalidade instrumental ao incorporar na Racionalidade

Comunicativa. Esta última é elaborada em termos de uma teoria da ação, detalhada especialmente em sua obra "Teoria da Ação Comunicativa". Almeida (2010) esclarece que “[...] diferentemente de seus companheiros que adotam uma postura de pessimismo e impotência diante da crise da razão, Habermas busca resgatar o potencial de criticidade por meio da elaboração de uma teoria ampla de racionalidade” (p.33). Ou seja, se há uma racionalidade que opera através da economia e do poder, há também uma forma de interação baseada na comunicação, buscando entendimento e consentimento entre indivíduos para uma ação conjunta. Isso se baseia em um discurso argumentativo não violento, onde o foco é substituir a ideia de uma racionalidade centrada no sujeito e instrumental por uma abordagem mais processual e comunicativa.

Podemos afirmar que a racionalidade instrumental delibera ações de cunho instrumental, ou seja, esse modelo de racionalidade subsidia um agir estratégico, orientado para alcançar um objetivo determinado, normalmente baseado em interesses individuais, conforme nos aponta Queiroz (2021). Esse agir instrumental ou estratégico constrói-se a partir de relações hierarquizadas, nas quais uns indivíduos exercem influência sobre os outros. Em contrapartida, Habermas (2012b) propõe a construção de outra racionalidade, capaz de retomar a criticidade, a partir da adoção da práxis, cujos interesses são de ordem emancipatória: a racionalidade comunicativa. Seu pensamento busca fomentar a crença no rompimento com o modelo de manipulação dos indivíduos e despertar neles o poder de opinar de forma crítica na sociedade. Almeida (2010) ressalta que essa criticidade insiste na aproximação entre teoria e prática, entre conhecimento e interesse, sem priorizar um em detrimento do outro.

Dessa forma, a teoria crítica de Habermas desenvolve-se a partir da crítica aos modelos de racionalidade predominantes na sociedade contemporânea, vastamente ligados ao positivismo, que impôs um cientificismo no qual apenas o conhecimento oriundo das ciências naturais e, portanto, o conhecimento técnico, é valorizado e reconhecido como verdadeiro. Ou seja, ao buscar um conceito de racionalidade que seja ancorado nos processos de comunicação, Habermas propõe um verdadeiro salto paradigmático, uma vez que “[...] racionalidade tem menos a ver com a posse do conhecimento do que com a maneira pela qual os sujeitos capazes de falar e agir adquirem e empregam o saber” (Habermas, 2012b, p. 31).

Na ação comunicativa os participantes não se orientam primariamente pelo próprio êxito; colocam seus fins individuais sob a condição de que seus respectivos planos de ação possam harmonizar-se entre si sobre a base de uma definição compartilhada da situação (Habermas, 2012b, p. 367).

Habermas criou o conceito de ação comunicativa como um modelo racional de interação na esfera pública. Ele propôs um espaço de discussão que envolvesse grupos sociais e agentes do Estado, onde debates, argumentos e deliberações ocorressem com o objetivo de alcançar acordos. Habermas enfatizou a importância de um amplo debate público para gerar consenso, argumentando que o diálogo livre e racional é fundamental para a democracia. Esse modelo de comunicação deliberativa visa aproximar diferentes grupos sociais em direção a um entendimento comum. Para Habermas, a esfera pública é formada pelo encontro de diferentes interesses na sociedade, e à medida que a modernidade avança, esses interesses são cada vez mais mediados pela linguagem.

A racionalidade comunicativa possibilita a construção de um agir comunicativo, o qual, na relação entre os sujeitos, tem espaço para críticas, reflexões, trocas, um espaço dialógico de consenso. Assim, a racionalidade comunicativa baseia-se na necessidade de os sujeitos reunirem-se e interagirem com seus pares e tentarem chegar ao entendimento, dando voz a todos os participantes dos atos de comunicação, mediando seus interesses como iguais, coordenando suas ações, por meio do diálogo sincero, no qual todos são ouvidos e predomine o interesse objetivo do grupo.

Habermas argumenta que a evolução histórico-social das formas de racionalidade conduz a uma progressiva diferenciação da razão humana em dois tipos distintos: a racionalidade instrumental, focada na eficácia técnica, e a racionalidade comunicativa, centrada na intersubjetividade e no entendimento mútuo. Essa visão contrasta com as perspectivas de Horkheimer e Adorno, que propõem uma teoria do desenvolvimento da racionalidade humana culminando no domínio exclusivo da razão instrumental, levando a um processo de alienação e dominação social.

Portanto, Habermas propõe a revitalização do potencial emancipatório da razão, em consonância com os objetivos e reflexões da Teoria Crítica. Ele busca reavivar o poder crítico e libertador da razão humana ao destacar as limitações da racionalidade instrumental, sem, no entanto, descartar seu valor. Para ele, o grande desafio reside em identificar elementos que possam possibilitar a reconstrução da razão, resgatando, através da crítica, as outras dimensões que foram subjugadas e obscurecidas pela predominância estratégica da racionalidade científica.

Habermas entende que na sociedade capitalista a instrumentalização e a violência estrutural do mundo da vida são processos indissociáveis: ambas desembocariam na redução e ajustamento da prática comunicativa às ações meramente cognitivo-instrumentais. Viveríamos uma colonização do mundo da vida por imperativos de subsistemas autonomizados, que não estando mais implicitamente presentes na

sociedade de forma ideológica, invadem de fora o mundo da vida (Lima, 2012, p. 258).

Habermas defende a ideia de gradualmente instaurar um contradiscurso capaz de redirecionar a razão e restabelecer um novo equilíbrio entre sistema e mundo da vida. Nesse sentido, ele aponta para o agir comunicativo emancipatório como o paradigma legitimador do discurso e da ação, no qual a busca por consenso e entendimento mútuo se torna central para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse contexto, Habermas, destaca a importância da esfera pública como um espaço onde diferentes perspectivas se confrontam, buscando chegar a um consenso através da argumentação racional. Nesse ambiente, a opinião pública se forma de forma livre e autônoma, livre da influência de interesses privados ou do poder estatal.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. [...] a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (Habermas, 1997, p. 92).

No âmbito das esferas públicas, os processos de formação da opinião e da vontade assumem um caráter institucionalizado, mesmo que apresentem níveis variados de especialização. Sua essência reside na difusão e na interpenetração de ideias, buscando alcançar um consenso amplo e plural. A partir das discussões que emergem nesse espaço, um fato crucial se torna evidente: a opinião, fruto do processo discursivo, assume o papel de mediadora do poder público. Vontades que antes permaneciam confinadas à esfera privada ganham voz e se tornam públicas, abrindo caminho para transformações sociais e políticas.

É essencial compreender que tanto o agir instrumental quanto o agir comunicativo desenrolam-se em dois domínios distintos: o mundo dos sistemas e o mundo da vida. Estes dois aspectos evoluem simultaneamente, seguindo uma trajetória específica. O primeiro refere-se ao ponto de vista dos sujeitos que interagem na sociedade, compreendendo a cultura, a sociedade e a personalidade. Cada um desses elementos está associado a interpretações culturais, às dinâmicas sociais e aos comportamentos individuais. Engajar-se em ações comunicativas e alcançar entendimento em relação a esses elementos contribui para a reprodução do mundo da vida, fortalecendo a cultura, integrando a sociedade e moldando a personalidade. Por outro lado, a esfera do mundo do sistema envolve a observação da sociedade de uma perspectiva externa, descomprometida, ou seja, do ponto de vista do observador. Esta esfera consiste no subsistema Estado e no subsistema poder, cada um

operando com princípios distintos, como verdade, moralidade e expressividade, conforme definidos por Habermas.

O paradoxo já não decorre das relações entre diferentes tipos de orientação da ação, mas das relações entre diferentes princípios de socialização. A racionalização do mundo da vida possibilita a passagem da integração social para meios de controle independentes da linguagem e, com isso, um desmembramento de esferas de ação organizadas formalmente, as quais têm, por seu turno, efeitos retroativos sobre os contextos do agir comunicativo, impondo ao mundo da vida, agora marginalizado, imperativos próprios. A partir daí, a neutralização de atitudes profissionais éticas já não podem ser tida, por si mesma, como indício de uma patologia social. A burocratização que se instala quando a ética é substituída pelo direito constitui apenas um indício de que a institucionalização do meio de controle está se tornando plena (Habermas, 2012c, p. 641).

Ao longo do tempo e em resposta às crescentes demandas de reprodução material, a coesão social é abalada e os elementos sociais se especializam em funções específicas. Nessa perspectiva, a abordagem de Habermas representa um desafio à compreensão da racionalidade, contestando o enfoque reducionista da razão que a limita à sua faceta cognitivo-instrumental. Através de sua teoria da ação comunicativa, ele propõe uma reconstrução da razão a partir das bases da prática comunicativa cotidiana, buscando superar a ideia de que a racionalidade está exclusivamente relacionada ao conhecimento objetivo. Para ele, a racionalidade está intrinsecamente ligada à maneira como os sujeitos utilizam o conhecimento na interação social.

Na percepção de Habermas não houve apenas um avanço da razão instrumental sobre âmbitos indevidos, mas uma assimilação dessa como única forma de racionalidade possível. Por isso, a grande tarefa a que ele se propõe a realizar consiste em resgatar o potencial de racionalidade que emerge de contextos interativos. Tal resgate Habermas faz sob a forma de uma reconstrução teórica da estrutura racional do agir comunicativo (Boufleuer 2001, p. 14).

Nesse sentido, a racionalidade comunicativa introduz um novo paradigma filosófico, no qual o entendimento mútuo e o consenso são fundamentais. Habermas destaca que o processo de entendimento não se restringe à obtenção de um consenso factual, mas sim a um processo de persuasão que coordena as ações dos participantes com base em motivações por razões. Esse entendimento implica uma comunicação orientada por um acordo válido, estabelecendo uma mudança estrutural de modelo ao deslocar o foco da proposição para o ato pragmático.

Por meio da pragmática universal, Habermas desenvolve o conceito de competência comunicativa, destacando as regras pragmático-formais inerentes à linguagem que capacitam os sujeitos a interagirem comunicativamente. Essas regras fundamentam a reconstrução do

projeto emancipatório da modernidade, estabelecendo como critério de emancipação os consensos motivados racionalmente no entendimento intersubjetivo da ação comunicativa.

[...] o interesse emancipatório seria a consciência crítica, a autorreflexão do interesse prático, que, no intuito de promover a interação entre os homens, acabou implicando no cerceamento da liberdade individual e na reificação das relações sociais [...] o interesse prático, ele também visa a interação, mas uma interação que seja ditada não pela normatividade, mas pela racionalidade (Aragão, 1997, p.57).

No âmbito educacional, a proposta habermasiana desafia a influência ideológica da racionalidade sistêmica, promovendo uma ação educativa que mede as formas de racionalidade, possibilitando o reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade presentes na prática comunicativa do mundo da vida. A educação, nessa perspectiva, assume um papel relevante na formação de indivíduos comunicativamente competentes, promovendo a reflexão crítica e a busca coletiva da verdade e dos valores. “Tratar-se-ia da afirmação do modelo de relação intersubjetiva, produzido em uma tipologia de sujeitos ideais, capazes de falar e agir racionalmente com vistas à comunicação” (Silva, 2020, p. 42).

Contudo, para que a educação seja verdadeiramente emancipatória, é necessário reconhecer a necessidade de uma práxis educativa que promova a competência comunicativa dos sujeitos, permitindo-lhes participar ativamente na sociedade “[...] mostrando que todo o nosso conhecimento já se encontra sempre referido a um horizonte prévio de compreensão e de interpretação intersubjetivo no seio da linguagem comum presente no mundo da vida [...]” (Mühl, 2011, p. 1048). Isso implica em superar as formas distorcidas de comunicação e promover a emancipação através de processos de aprendizagem que permitam a reflexão crítica e a busca coletiva da verdade e dos valores.

Em síntese, a abordagem de Habermas nos desafia a repensar a racionalidade e a educação em uma perspectiva dialógica, orientada para o entendimento mútuo e o consenso. Ao reconhecer a importância da competência comunicativa na formação de sujeitos emancipados, sua teoria oferece um caminho para uma práxis educativa que promova a reflexão crítica e a busca coletiva da verdade e dos valores, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao fundamentar na interação comunicativa do mundo da vida a constituição da realidade social, Habermas procura resgatar um núcleo sadio e racional da humanidade que garante a resistência contra a colonização e a manutenção da possibilidade de emancipação (Mühl, 2011, p. 1043).

A reflexão sobre a aplicabilidade da teoria da ação comunicativa de Habermas no contexto educacional é fundamental para compreender como essa abordagem pode contribuir para a emancipação social dos grupos marginalizados. Embora inicialmente desenvolvida

como uma teoria dos discursos práticos para esclarecer processos sociais, a teoria habermasiana oferece fundamentos que podem ser adaptados e aplicados na formulação de uma teoria educacional voltada para a emancipação. A emancipação se desenha como um processo de libertação que se entrelaça com a racionalização do mundo da vida, o fortalecimento do agir comunicativo em sua forma reflexiva e a conquista da autonomia individual.

A individualidade, nesse contexto, assume um papel fundamental, vista sob a ótica ética dos atores que transitam pelo mundo da vida intersubjetivo em busca de sua autonomia. A emancipação, por sua vez, se conecta à capacidade dos indivíduos de se constituírem como sujeitos de direito, aptos a defender seus interesses e construir uma sociedade mais justa e equitativa. O conceito de "mundo da vida" é claramente percebido nos atos de fala voltados para o entendimento, pois o sujeito estabelece, nas relações com o mundo, uma interação pragmática mediada pela linguagem. Nessa interação, ele não se envolve apenas com o signo linguístico e o conteúdo proposicional imediato. Ele traz consigo um acúmulo de experiências ao longo da vida: um saber de fundo, um conhecimento cultural, o aprendizado resultante de sua interação com pessoas e coisas, desde suas origens até as vivências compartilhadas na família e na comunidade.

O ato de fala é, portanto, a chave de acesso ao mundo, fato que permite a Habermas postular a intersubjetividade como pano-de-fundo das discussões cotidianas. Com isso, podemos postular uma 'situação ideal de democracia', na medida em que qualquer conteúdo, enquanto ato de fala, pode ser racionalizável. Assim, a teoria dos atos de fala pode servir como meio (pedagógico) para se alcançar um patamar de inclusão social de grupos de pessoas que estão excluídas da sociedade, no nível metafísico, antropológico e político (Silva, 2011, p. 3).

A partir da análise dos atos de fala como ações altamente racionalizadas, Habermas destaca a intersubjetividade como o contexto fundamental das interações humanas. Isso sugere que qualquer conteúdo, enquanto ato de fala, pode ser racionalizado em uma "situação ideal de democracia", onde todos os falantes compartilham uma compreensão intersubjetiva dos fatos envolvidos na situação de fala. A democracia deliberativa pressupõe a participação ativa dos cidadãos, fundamentada no diálogo e na argumentação racional, visando a construção de decisões políticas legítimas (Habermas, 2012a). Essa abordagem oferece um meio pedagógico para promover a inclusão social dos grupos excluídos em diversos níveis. No nível metafísico, a teoria habermasiana permite uma reflexão sobre a divisão econômica da sociedade e as conseqüentes disparidades de acesso aos recursos necessários para a sobrevivência. No nível antropológico, ela abre espaço para compreender as dinâmicas de inclusão e exclusão social que afetam a identidade e a autoestima dos indivíduos. No nível

político, a teoria do discurso de Habermas possibilita uma análise das estruturas de poder e da participação cidadã na tomada de decisões.

Quando os pais querem educar os seus filhos, quando as gerações que vivem hoje querem se apropriar do saber transmitido pelas gerações passadas, quando os indivíduos e os grupos querem cooperar entre si, isto é, viver pacificamente com o mínimo de emprego de força, são obrigados a agir comunicativamente. Existem funções sociais elementares que, para serem preenchidas, implicam necessariamente o agir comunicativo. Em nossos mundos da vida, compartilhados intersubjetivamente e que se sobrepõem uns aos outros, está instalado um amplo pano de fundo consensual, sem o qual a prática cotidiana não poderia funcionar de forma nenhuma (Habermas, 1993, pág. 105).

Ao adaptar os princípios discursivos de Habermas para o contexto educacional, é possível criar uma teoria da educação que promova a emancipação dos grupos sociais marginalizados. Essa adaptação envolve a integração dos conceitos de intersubjetividade, comunicação e racionalidade crítica no ambiente educacional, oferecendo uma pedagogia que valoriza o diálogo, o respeito mútuo e a participação ativa de todos os estudantes.

Na perspectiva habermasiana, a intersubjetividade é fundamental para a construção do conhecimento e a formação da identidade. Em um ambiente educacional, isso significa criar espaços onde todos os estudantes, independentemente de suas origens sociais, culturais ou econômicas, possam se expressar e serem ouvidos. A inclusão se torna uma prática cotidiana, onde a diversidade de experiências e perspectivas é valorizada como fonte de enriquecimento coletivo.

A educação emancipatória visa capacitar os indivíduos a reconhecerem e superarem as limitações impostas pela racionalidade instrumental e as estruturas de poder opressivas. Inspirada por Habermas, essa abordagem educacional busca não apenas transmitir conhecimentos, mas também desenvolver a capacidade crítica dos alunos para que possam atuar como agentes de transformação social. Isso inclui a criação de currículos que abordem questões de justiça social, direitos humanos e sustentabilidade, incentivando os estudantes a se envolverem em ações comunitárias e projetos de impacto social.

Isso envolve repensar e recontextualizar os conceitos habermasianos de forma a torná-los aplicáveis na prática educacional, visando à promoção da igualdade, da justiça e da participação ativa dos alunos na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. A modernidade exige uma reflexão crítica sobre as condições sociais e culturais que moldam a racionalidade contemporânea, buscando superar as limitações da razão instrumental (Habermas, 2002).

Dessa forma, a teoria da ação comunicativa de Habermas oferece um arcabouço teórico valioso para a formulação de uma pedagogia emancipatória que contribua para a

transformação social e a promoção da igualdade de oportunidades na educação. Ao reconhecer a importância da intersubjetividade e do diálogo na construção do conhecimento e na formação cidadã, essa abordagem se mostra relevante e promissora para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao promover a ação comunicativa, Habermas destaca, em primeiro lugar, a atitude adotada pelos participantes do agir comunicativo. Eles não direcionam nem permitem que seus planos de ação sejam coordenados por uma análise centrada no próprio benefício, mas sim priorizam o entendimento. De acordo com a ação comunicativa, os participantes, mesmo buscando seus objetivos individuais, guiam seus planos de ação em concordância com uma compreensão compartilhada da situação em busca de consenso.

Isso implica em delinear o contexto social no qual se encontram inseridos ou no qual desejam intervir, assumindo a responsabilidade de negociar com os atores relevantes por meio do diálogo, seguindo as normas de validade do próprio discurso (seja teórico, prático ou explicativo) para alcançar uma interpretação sujeita à possibilidade de erro, crítica e aceitação intersubjetiva por parte de uma comunidade capaz de linguagem e ação.

Portanto, a racionalidade comunicativa baseia-se na necessidade de os sujeitos reunirem-se e interagirem com seus pares e tentarem chegar ao entendimento, dando voz a todos os participantes dos atos de comunicação, mediando seus interesses como iguais, coordenando suas ações, por meio do diálogo sincero, no qual todos são ouvidos e predomine o interesse objetivo do grupo. Dessa forma, na racionalidade comunicativa, entram em evidência valores culturais ao se interpretarem os argumentos, vistos, em muitos momentos, de forma reflexiva, sem a pretensão de serem universalizados.

A busca pela verdade e pela justificação requer um processo comunicativo aberto, onde a crítica e a argumentação são fundamentais para a validação das pretensões de conhecimento e moralidade (Habermas, 2004). Facilitar o entendimento na ação comunicativa não implica buscar unanimidade ou consenso entre as partes em conflito, mas sim cumprir as condições de validade de um acordo alcançado por meio da comunicação; trata-se de um acordo mediado linguisticamente, fundamentado em uma base racional que não é imposta por nenhuma das partes envolvidas, nem por uma força externa, nem visa a um fim específico com um resultado imediato, o que seria uma ação instrumental.

A interação entre os participantes de um discurso voltado ao entendimento é mediada pela linguagem, implicando na apresentação de pretensões de validade por parte de um sujeito através de conteúdos proposicionais, e na consideração do interlocutor, cuja postura crítica determinará a aceitação ou rejeição da pretensão apresentada.

Nesse contexto, linguagem e entendimento não são meramente meios para um fim, mas estão intrinsecamente ligados, exigindo uma interpretação mútua. Somente através da análise das propriedades dos atos de fala e da prática comunicativa cotidiana é possível compreender que a comunicação ocorre apenas nas ações orientadas ao entendimento.

Nas ações orientadas ao sucesso, no entanto, não há entendimento no sentido habermasiano, devido às limitações das estruturas de análise da racionalidade teleológica, que se restringem à relação sujeito-objeto e à observação de coisas no mundo objetivo por meio de uma metodologia quantitativa e procedimental, com metas e planos de ação direcionados a uma situação específica.

Portanto, para Habermas, o entendimento ocorre apenas nas ações comunicativas. Entretanto, como a mediação da pragmática ocorre através da linguagem, é necessário fundamentar a teoria do agir comunicativo em uma teoria dos atos de fala ou manifestações proposicionais do discurso. Habermas baseia as pretensões de validade pragmático-universais do agir comunicativo na investigação da tipologia dos atos de fala, que qualquer falante deve seguir ao participar de um diálogo com o objetivo de comunicação e entendimento.

A educação é frequentemente encarada como um instrumento de perpetuação social e de preservação cultural, alcançada por meio da transmissão desta última a cada nova geração. Habermas, “[...] reacende a crença no poder da racionalidade humana, levando-nos a acreditar que a razão é capaz de reconstruir e superar as limitações de certas concepções produzidas por ela mesma” (Mühl, 2011, p. 1043).

A base para transformar a escola em uma comunidade pedagógica e comunicativa e para promover o desenvolvimento integral de alunos e professores é a introdução da visão da interdependência dos interesses que impulsionam as ações e pensamentos humanos. Contudo, a cultura é dinâmica e está em constante transformação, exigindo dos educadores uma adaptação às novas circunstâncias geradas por essas mudanças.

Nesse sentido, é essencial que os educadores incentivem os alunos a refletirem sobre as realidades culturais conforme se apresentam, e a partir desse processo de reflexão, desenvolvam seus próprios aprimoramentos ou contribuições. Ao incorporar esses princípios habermasianos, a educação transforma-se em um poderoso instrumento de emancipação, promovendo uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariangela Lima. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar: entre o agir comunicativo e o agir estratégico**. 2010. 233f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2010.
- ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
- ARAÚJO, Manfredo de Oliveira. **Reviravolta linguística pragmática na filosofia contemporânea**. 3ª ed. São Paulo, Loyola, 2006.
- CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Habermas e o direito brasileiro**. 2ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade**. Vol. 1. Editora Tempo Brasileiro, 2012a.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Editora Martins Fontes, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Passado como futuro**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade comunicativa**. Vol. 1. Editora WMF Martins Fontes, 2012b.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da Ação e Racionalidade Comunicativa**. Vol. 2. Editora WMF Martins Fontes, 2012c.
- HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. Editora Loyola, 2004.
- LIMA, Aluísio Ferreira. Acepções de identidade na obra de Jürgen Habermas: subsídios para uma psicologia social criticamente orientada. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), 253-262, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200002>. Acesso em 17 de mai. 2024.
- MÜHL, Eldon Henrique. Habermas e a educação: racionalidade comunicativa, diagnóstico crítico e emancipação. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1035-1050, out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400008>. Acesso em 23 de jun. 2024.
- QUEIROZ, R. C. **Inclusão escolar, formação continuada, pesquisa-ação e tecnologias: tecituras possíveis em tempos de pandemia**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2021.
- SILVA, Bartolomeu Leite da. O Conceito de Emancipação como fundamento para uma Teoria da Educação em Jürgen Habermas. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Vol 3, Nº 23 (enero 2011). Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ced/23/bls.htm>. Acesso em 22 de Mai 2024.
- SILVA, Marcelo Lira. A teoria da educação no pensamento de Jürgen Habermas: entre o Aufklärung e o Grand Hotel Abrundg. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 06, nº 01, p. 29-52, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/ percso/ article/view/14613/0>. Acesso em 18 de mai. 2024.